



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Agrária

O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NO ESPAÇO RURAL E A QUESTÃO AGRÁRIA: ALGUNS APONTAMENTOS.

VANTUIR TREVISOL¹

MARIZE RAUBER ENGELBRECHT²

RESUMO:

O modo de produção capitalista ao se desenvolver no espaço rural exerce uma ação predatória da natureza e de exploração da força de trabalho, especialmente a partir da Revolução Verde, com consequências ao meio ambiente e às populações que vivem no campo. O campo é espaço de disputas de visões e lutas de projetos em que divergem e expõe a realidade das expressões da questão agrária.

Palavras-chave: capitalismo no campo, questão agrária e espaço rural.

RESUMEN:

El modo de producción capitalista ao se desarrollar en el espacio rural realiza una acción predatoria de la naturaleza y de exploración de la fuerza de trabajo, especialmente a partir de la Revolución Verde, con consecuencias al medio ambiente y a las poblaciones que habitan el campo. El campo es espacio de disputas de visiones y luchas de proyectos en que divergen y expone la realidad de las expresiones de la cuestión agraria.

Palabras-llave: capitalismo en el campo, cuestión agraria y espacio rural.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade trazer elementos que caracterizam o modo de produção capitalista – MPC no campo, em especial no Brasil, o qual se aprofundou a partir da

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

metade do século XX com o advento da Revolução Verde. A Revolução Verde, além de modificar a estrutura produtiva no campo, ampliou a expropriação daqueles que não se adequaram a este modelo predominante de produção, contribuindo para a expulsão de camponeses ou na sua conversão em trabalhadores assalariados do campo. Além disso, aborda-se o quão predatória com o meio ambiente é a agricultura empresarial, sustentada e não sustentável. Este trabalho traz ainda, aspectos da agricultura camponesa, cuja relação com a terra não é de simples extração de lucro, mas de vínculo com o rural enquanto modo de produção e reprodução da vida. Permeando acerca do capitalismo no campo, será realizada uma abordagem sobre a Questão Agrária, entendida enquanto conjunto de questões presentes no rural – com características específicas a depender do período histórico – que tem como características a forma de organização dos bens agrícolas, posse do território e propriedade da terra. Tais características trazem rebatimentos não somente aos povos do campo, mas também àqueles que vivem na cidade ou que migraram para lá.

2. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NO CAMPO

O Brasil, assim como outros países da América Latina traz uma trajetória agrária marcada pela exploração dos países que os colonizaram. Stival (2022, p. 24) aborda que a concentração da terra e a manutenção do latifúndio se fazem presentes no país desde a chegada dos portugueses a essas terras, os quais acreditaram que todo o território recém-conhecido por eles e seus frutos estariam a seu dispor. As formas de organização e ocupação do espaço rural ocorreram de maneira desigual, em um primeiro momento através das capitânicas hereditárias³ e em seguida, pela apropriação das terras indígenas pelos brancos, que se consolidou através das sesmarias⁴ com o objetivo de produzir cana-de-açúcar e café, para a exportação.

Atualmente o país não se constitui mais como uma colônia de Portugal, mas traz uma herança latifundiária e de expropriação daquele período, que se agrava com o modo de produção capitalista - MPC.

³ Silva (2024) define as capitânicas hereditárias como: “[...] uma forma de organização da colonização portuguesa no território brasileiro. O rei Dom João III dividiu o litoral brasileiro em capitânicas e as doou a donatários que eram pequenos nobres portugueses. O objetivo era evitar as outras invasões que estavam ocorrendo no Brasil, cuidar e cultivar a terra e marcar a presença portuguesa neste território”.

⁴ Pinto (s.d.) define Sesmaria como: “[...] um lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, com o objetivo de cultivar terras virgens. Originada como medida administrativa nos períodos finais da Idade Média em Portugal, a concessão de sesmarias foi largamente utilizada no período colonial brasileiro. Iniciada com a constituição das capitânicas hereditárias, em 1534, a concessão de sesmarias foi abolida apenas quando houve o processo de independência, em 1822.”

Entende-se de modo sumário esse modo de produção como:

[...] um modo de organizar a economia, isto é, a produção e a troca de bens e serviços. Uma economia capitalista reúne três elementos-chave, que a definem: a propriedade privada dos meios de produção, o mercado de trabalho e a troca de produtos num mercado visando ao lucro. (Peschanski, 2012, s.p.).

Em seu desenvolvimento, o MPC afeta vários espaços, entre eles o urbano e o rural, como também vários fatores, em especial, a exploração da/o trabalhadora/r, uma vez que ela/ele entrega sua capacidade de produzir àquele que não produz, mas que se apropria do trabalho alheio. Na relação capitalista o trabalhador não se vê como tal, mas como *aparentemente é*, como igual e livre. Essa distorção traz a impressão de que é a/o trabalhadora/r que depende do capital e não o contrário. (Martins, 1986).

O MPC não é uma constante, linear e imutável. Ele assume características variadas dependendo do período histórico em que se situa. Suas metamorfoses decorrem da necessidade de adaptação frente às crises que lhe é constituinte – de consumo e de queda das taxas de lucros.

A partir da década de 1970 do século XX o capitalismo enfrenta, em um contexto internacional, uma profunda e estrutural crise, levando a implementação de ajustes estruturais, conforme Behring; Boschetti (2011) e Boschetti (2018). Esses ajustes estruturais implementados pela burguesia para lidar com a própria crise do capital se configura no neoliberalismo:

O neoliberalismo é o corolário da reação burguesa à sua própria crise e que tem como eixo central uma forte ofensiva sobre os trabalhadores, tendo em vista a extração do mais valor em condições ótimas ao redor do mundo, em especial nos países dependentes, em busca do diferencial de produção do trabalho (Mandel, 1982) e onde a regra é a superexploração da força de trabalho (Boschetti, 2018, p. 02).

Toda a dinâmica que constitui o MPC está pautada na luta de classes e na relação contraditória entre capital x trabalho, pois ao mesmo tempo em que produz riqueza para a classe dominante, produz pobreza para as/os trabalhadoras/es. Dessa relação contraditória que é



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

constituída a “Questão Social⁵”, cujas expressões se materializam nos espaços urbano e rural, que embora entrelaçados, possuem características particulares.

As relações capitalistas também adentram no espaço rural modificando e alterando significativamente a forma de se produzir e viver. Afirma-se, portanto, que:

[...] o capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, pois esta é a sua lei: a lei da reprodução crescente, ampliada. A tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria. (Martins, 1986, p. 152)⁶.

Até a metade do século XX a agricultura brasileira possuía uma dependência maior das condições naturais, a partir da modernização agrícola ocorre uma gradativa dependência de tecnologias; há uma transformação do que antes seria um “complexo rural” para uma dinâmica de complexos industriais, sujeitando a produção agrícola “[...] a uma regulação macroeconômica mais ampla, com uma inserção maior no circuito financeiro” (Fabrini, 2001, p. 45). A produção agrícola “moderna” possui desta forma, uma relação intrínseca com a indústria, onde a forma de produzir passa a ser direcionada por instâncias fora do campo. O autor cita como exemplos dessa relação, a crescente utilização de insumos químicos, biológicos e físicos a tal ponto que o campo e indústria possuem tamanha simbiose que se torna difícil estabelecer onde começa um e termina o outro⁷.

Pereira (2012) aponta que a partir da década de 1950 uma nova configuração de agricultura com variedades modernas de sementes de alta produtividade passou a ser

⁵ “Por ‘questão social’, no sentido universal do termo, significa o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ esta fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho” (Cerqueira Filho, 1982, p. 21 *apud* Netto, 2005, p. 17). E também: “A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão” (Carvalho; Iamamoto, 2005, p. 77).

⁶ Como a tendência no capitalismo é dominar todos os processos produtivos, a agricultura também se constitui em um espaço onde se estabelecem relações capitalistas de produção. Conforme Silva (2003, p. 25-30), a produtividade na agricultura está ligada a três fatores naturais que determinam o processo de produção e que são mais ou menos comuns, independentemente do modo de produção dominante: Os *processos biológicos* significa que a produtividade necessita seguir um processo que não pode ser alterado, como colher sem plantar; os *condicionantes naturais* (chuvas, calor, umidade, etc.) e a *terra*: base para a produção. O autor destaca ainda o papel da tecnologia, uma vez que possibilita a criação de máquinas, sementes e adubos cada vez mais aprimorados. Mesmo assim, o desenvolvimento das forças produtivas no campo permanece condicionado aos fatores naturais, onde não poderá se produzir, por exemplo, feijão em horas e madeira em dias.

⁷ Além das instâncias fora do campo para o comércio da produção, esse modelo de agricultura se relaciona com o mercado externo também para produzir, configurando-se em um modelo sustentado. Um exemplo são os fertilizantes, os quais são fornecidos, dentre outros, por países do leste Europeu. Doria; Lessa (2023) reportam que no contexto de guerra entre Rússia e Ucrânia, houve risco de desabastecimento no Brasil – que necessita importar 85% do fertilizante que necessita configurando-se como principal importador deste produto no mundo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

implementada em diversos países, inclusive o Brasil. Essa “modernização” implantada na produção agrícola pela qual o MPC se intensifica no campo é denominada de *Revolução Verde* e foi concebida como um pacote tecnológico (insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização e grandes extensões de terra) somado a uma base ideológica de valorização do progresso, gestado desde o século XIX. Este modelo de agricultura se expande sob o argumento – de quem a propõe – de acabar com a fome do mundo, especialmente no contexto de escassez do pós Segunda Guerra Mundial. O problema da alimentação estaria sob esta ótica, atrelado à questão da produtividade.

Contudo, os argumentos dos defensores da Revolução Verde de que esse modelo de produção poderia ser importante para matar a fome do mundo não corresponde à totalidade das razões para a implementação desta modalidade de agricultura no país.

No Brasil entre o período de 1950 e 1960 houve grandes debates e lutas populares onde propostas em torno da Reforma Agrária se fortaleceram no campo da esquerda brasileira, inclusive com inspiração em Cuba e China. Desta forma, a Revolução Verde tinha também como objetivo, impedir a disseminação de ideias “comunistas” que envolvia a redistribuição de terras (em um país marcado pelo latifúndio) e o avanço da Reforma Agrária. Esta lógica teve como aliada, a propaganda: “O pacote de transformações tecnológico-científicas viria, desde logo, acompanhado de uma clara estratégia de comunicação e convencimento sobre a sua eficácia e inevitabilidade na resolução do problema da fome” (Chã, 2018, p. 24).

A Revolução Verde pode ser vista sob duas perspectivas: uma com viés tecnológico – onde os problemas são resolvidos mediante inovações tecnológicas e outra sob uma perspectiva social: essa perspectiva avalia que a Revolução Verde causou significativas mudanças estruturais, sendo condutora de desigualdades sociais uma vez que a partir de sua implementação os camponeses estariam dependentes das empresas globais detentoras de tais tecnologias. “Além disso, as políticas de desenvolvimento que privilegiam o viés técnico acabam por deixar de lado mudanças sociais e estruturais, tais como a Reforma Agrária” (Pereira, 2012, p. 687).

O agronegócio (ou agricultura empresarial) é a forma com que o capitalismo se apresenta no campo e que no Brasil como em outros países da América Latina, há características semelhantes com relação a isso, como a presença de latifúndios e a não realização da reforma agrária. A agricultura empresarial territorializa e monopoliza os territórios, explorando, expropriando, sujeitando e expulsando as/os trabalhadoras/es do campo. Este modelo de agricultura possui como características a prevalência do monocultivo e o uso intensivo de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

venenos, o que compromete a biodiversidade, destruição da fertilidade natural do solo, contaminação da água e dos alimentos. “A comida se transforma numa mera mercadoria, o que traz consequências incalculáveis para os hábitos alimentares, a cultura e a saúde humana e animal”. (Bezerra, 2014, p. 140).

Outra característica igualmente importante desta modalidade de agricultura é a internacionalização da propriedade da terra: “Hoje em alguns países da África e da América Latina, a maior parte das terras já não está nas mãos de proprietários nacionais”. (Bezerra, 2014, p. 141). Isso, segundo a autora, compromete a soberania dos povos e dos países sobre seus territórios e sobre a produção de alimentos⁸.

Este modelo de agricultura se desenvolve sob a hegemonia do grande capital internacional financeiro, na propriedade da terra e na produção dos bens agrícolas. Estes elementos se dão em um contexto em que grandes corporações financeiras internacionais (sobretudo os bancos), atuam na compra de ações de grandes e médias empresas as quais atuam em diferentes setores relacionados com a agricultura, provocando concentrações de terras e de riqueza. Para além da produção agrícola, parte destas empresas controlam ainda minérios, água, fontes de energia, biodiversidade, bem como o controle de toda a cadeia produtiva e de comércio, como sementes, venenos e fármacos. Estas características relacionam-se a regras de livre comércio (definidas e impostas por organismos internacionais) que normatizam o comércio de produtos agrícolas de acordo com os interesses dessas empresas (Bezerra, 2014).

Outra questão relacionada ao modelo de agricultura adotado são as consequências ambientais, resultado da agressividade capitalista na agricultura, como a degradação do solo, contaminação dos lençóis freáticos e desmatamento descontrolado.

A tecnologia utilizada pelo modo de produção capitalista de produzir na agricultura brasileira está baseada no uso intensivo da mecanização e dos venenos agrícolas. E essas duas formas, além de expulsarem a mão de obra e população do campo, representam uma agressão permanente ao meio ambiente, trazendo desequilíbrios ambientais que afetam toda a população, mesmo quem mora na cidade (Stédile, 2012, p. 645).

⁸ No Brasil a Lei 5.709/71 reza sobre a aquisição de terras por estrangeiros. Atualmente, 2.736.130 hectares do território nacional é de posse de grupos estrangeiros (área equivalente ao Estado do Alagoas), 80% das áreas localizada em 10 estados e 58% declarados de propriedade de pessoas físicas. Esses grupos não necessariamente são da agricultura empresarial, mas compreende mineradoras e empresas de energia. Mesmo sendo números consideráveis, há indícios de que esse número esteja subestimado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A ampliação das áreas de terras sob o domínio de grupos do exterior traz o agravamento de conflitos agrários, a inflação do mercado fundiário, dentre outros. (Paes, 2024).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Um fator importante de ser mencionado – ainda que não aprofundado – com relação aos desequilíbrios ambientais é a utilização das sementes geneticamente modificadas, as transgênicas⁹, a qual é utilizada para alimentação de animais e produção de alimentos.

Quando se fala em reprodução do capitalismo no campo, para além de tratar das características que o campo assume neste modo de produção ocorre uma expulsão e expropriação dos trabalhadores do campo a partir do momento em que não conseguem se adequar as normas vigentes de produção no rural, que é predominantemente a do agronegócio e que reforça duas situações: uma massa crescente de camponeses expulsos, expropriados do campo e a outra que essa massa de trabalhadores estaria se transformando em uma massa de trabalhadores assalariados rurais ou sem-terra (Martins, 1986).

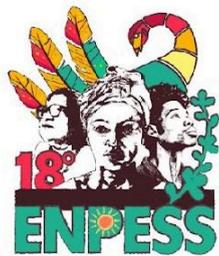
Estas mudanças estruturais da agricultura trouxeram profundas transformações, especialmente aos camponeses que até então, possuíam uma ligação mais direta com a terra, compreendendo-a enquanto unidade viva.

Essas transformações resultaram em êxodo rural, dependência da agricultura em relação à indústria e às corporações, dependência do agricultor da ciência e da indústria, desterritorialização dos camponeses, invasão cultural e contaminação do ser humano e do ambiente como um todo. A Revolução Verde contribuiu para marginalizar grande parte da população rural. (Pereira, 2012, p. 688).

Para ilustrar, Giraldi (2008) aponta que em 1950 a população rural do Brasil correspondia a 63,84% da população total e que 20 anos depois, o número era de 44% da população total. A região que mais teve redução da população rural foi o Sudeste seguido pelo Sul, cujos fatores apontados são a intensa industrialização (no caso do Sudeste) e da industrialização e modernização da agricultura, no caso do Sul.

Konchinski (2024), por sua vez, aponta que de acordo com o Banco Mundial, a população rural no Brasil diminuiu em um ritmo maior que a média mundial nos últimos 20 anos, caindo 33,8% neste período (quando a média mundial foi de 19,2%), o que gera desafios aos espaços urbanos, como infraestrutura, transporte, habitação, entre outros.

⁹ Embora não seja o foco desse estudo, é importante trazer alguns apontamentos de Andrioli; Fuchs (2008), os quais mostram que a utilização de transgênicos abarca desde negociações políticas (no Brasil e no mundo), estudos científicos apressados e manipulados sobre os efeitos desse material até a diminuição de insetos como as abelhas e borboletas, a contaminação com espécies não transgênicas através do vento e abelhas, além da contaminação dos solos, podendo tornar-se uma questão incontrolável. Os autores apontam que no Brasil a introdução dos transgênicos ocorreu a partir de 1999 com a semente de soja *Roundup Ready*, da então empresa Monsanto (adquirida pela Bayer em 2018).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Um trabalhador se converte em assalariado no campo quando não possui mais propriedade sobre a terra e sobre os mecanismos necessários para trabalhar. Os latifundiários utilizam-se da tecnificação para a produção e precisam da mão-de-obra assalariada para operarem suas máquinas e zelarem pela sua propriedade. Aqueles que permanecem na condição de produtores familiares não raras às vezes encontram-se dependentes dos mecanismos que dominam a produtividade agrícola, tornando-se um proprietário nominal da terra, ou seja, a propriedade é sua legalmente, mas trabalha nela sob a condição de explorado, sendo a renda da produção destinada ao pagamento de instituições que financiam a produção, como bancos e cooperativas (Martins, 1986).

Destaca-se que o rural é formado por grupos heterogêneos, como exemplo, os agricultores familiares, os quais podem ser formados por grupos de extrativistas, pescadoras/es artesanais, assentadas/os, acampados da reforma agrária, trabalhadoras/es assalariados rurais, entre outros e os latifundiários, são compostos por empresários agrícolas, ruralistas, patronato rural, entre outros (Pires, 2012).

A partir de Pereira (2012), observa-se que estes dois grupos possuem visões diferentes sobre o rural. O quadro a seguir busca sintetizar essa diferenciação trazida pela autora:

QUADRO 01 - COMPARATIVO ENTRE AGRICULTURA A PARTIR DO MODELO DA REVOLUÇÃO VERDE E AGRICULTURA A PARTIR DO MODELO CAMPONÊS

Agricultura a partir do modelo da Revolução Verde	Agricultura a partir do modelo Camponês
Conhecimento científico	O conhecimento milenar prático do próprio agricultor
Insumos exógenos industriais	Ciclos ecológicos locais, pautados nos recursos endógenos.
Trabalho fragmentado em partes – agricultura, pecuária, natureza, sociedade –, e cada esfera passou a ser considerada em separado, quebrando-se a unidade existente entre ser humano e natureza	Trabalho que era realizado em convivência com a natureza
Sistemas especializados em monoculturas, baseados no pacote tecnológico da Revolução Verde, em insumos industriais (adubos químicos, agrotóxicos, motores à combustão interna, variedades de plantas e animais de laboratório considerados de alto potencial produtivo), no conhecimento técnico-científico, nas grandes extensões de terra (latifúndios) e na irrigação.	Sistemas diversificados rotacionais
Monocultura geneticamente uniforme	Complexos produtivos extremamente diversos
Utilização, a cada safra, de elementos externos ao campo (agrotóxicos, combustíveis, adubos químicos)	Utilização de sementes nativas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sementes “melhoradas” somente são produtivas se combinadas com o pacote tecnológico	Solos fertilizados por processos ecológicos
Terra como um substrato	Terra como uma unidade viva
Variedades produzidas para com viés mercadológico	Variedades produzidas para a produção de comida
Produção de alimentos homogêneos – a nível global – que não oferece equilíbrio nutricional saudável	Diversidade nutricional com cultivo de diferentes espécies vegetais
Não responsável pelas condições de conservação e produtividade	Responsável pelas condições de conservação e produtividade
Integração de insumos, sementes e produtos químicos.	Interação simbiótica entre solo, água, plantas e animais.
Fluxos lineares de insumos químicos.	Ciclos ecológicos.
Ameaça à diversidade, o que provoca perdas irreparáveis ao ecossistema.	
Culturas fragilizadas e vulneráveis à desequilíbrios ecológicos, tornando-as suscetíveis à “pragas e doenças”	

Fonte: Quadro organizado a partir de Pereira (2012, p. 688, 689).

O quadro exemplifica que a relação estabelecida pela agricultura empresarial com a terra é mercantil, material e exploradora. As formas de organização camponesa enxergam a terra enquanto uma unidade viva, heterogênea, carregada de sentidos e significados.

Sendo o modelo da agricultura empresarial a predominante no país e constituída pela burguesia dominante, o Estado acaba por ser utilizado enquanto aparelho a seu favor:

[...] a burguesia agrária está entre as frações de classe que sempre exerceram o poder de dominação econômica, política, social e cultural [...]. Desde o escravismo colonial a elite dominante alterou suas estratégias de exploração produtiva conforme os ciclos econômicos, a fim de que pudesse se manter no poder. Esta estratégia, que remonta alguns séculos, continua presente e é a principal fonte do poder agrário, determinando hoje a formação social do Brasil. (Lusa, 2022, p. 11).

Isso demonstra que a elite do poder agrário do país compõe os grupos dominantes, também dentro do Estado:

É sobre o Brasil agrário que se identificam as estruturas social e política da nação. A permanente reiteração do poder político que emana da propriedade da terra, concentrada nas mãos de poucos desde quando começou a ser distribuída arbitrariamente pela Coroa Portuguesa é seu traço fundamental. (Lusa, 2012, p. 31).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Atualmente a chamada “bancada ruralista” possui 50 representantes no Senado Nacional e 324 representantes na Câmara dos Deputados e articulam, dentre outras ações, a derrubada de veto do Projeto de Lei 14.785/23 (“PL do Veneno”) e a defesa do marco temporal das terras indígenas (Tussini, 2024). Pode-se somar a esta conta, também o PL 2633/20, conhecido como “PL da Grilagem”¹⁰.

3. QUESTÃO AGRÁRIA

A Questão Agrária é entendida hoje como a “[...] área do conhecimento científico que procura estudar, de forma genérica ou em casos específicos, como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, o uso, a posse e a propriedade da terra”. (Stédile, 2012, p. 642, 643). Independentemente do período histórico a ser estudado, a Questão Agrária possui suas particularidades e seus “problemas agrários”, os quais são decorrentes das contradições das formas de organização de determinada sociedade. O autor exemplifica que no período colonial brasileiro a Questão Agrária esteve relacionada à utilização da mão-de-obra de pessoas escravizadas, o monopólio da terra e a existência de latifúndios, que somado à produção para exportação, caracterizou as *plantations*¹¹. No MPC, a Questão Agrária está relacionada à influência do capitalismo globalizado, empresas agrícolas transnacionais e o capital financeiro (Stédile, 2012). Em ambos os casos, há uma relação de dominação de um grupo social sobre outro.

Numa perspectiva recentemente (entre os anos de 1990 a 2010), a Questão Agrária no Brasil possui dois enfoques diferentes: o *primeiro enfoque* é uma perspectiva burguesa que defende a ideia produtivista no campo e que a concentração fundiária não representa um problema agrário¹². O desenvolvimento do capitalismo nesse espaço teria gerado o aumento de produtividade e a relação com o rural é entendido como uma atividade lucrativa. O *segundo*

¹⁰ Em contrapartida, ainda que em menor número, nas últimas eleições foram eleitas/os pelo menos 64 deputadas/os e 1 senadora que se comprometeram com a carta-compromisso da Articulação Nacional de Agroecologia, dentre os quais estão mulheres indígenas como Sônia Guajajara (Psol-SP) e Célia Xakriabá (Psol-MG) (Sá, 2022).

¹¹ O autor cita que outro modelo predominante nas colônias latino-americanas foram as *haciendas*, que implantadas pelo capitalismo espanhol em suas colônias tinha como principal característica a combinação do trabalho servil, produção para mercado interno e exportação.

¹² Bezerra (2014) citando Delgado (2005) e Carvalho (2013) traz que há, hoje, tentativas de propagandear o que se poderia chamar de “invisibilidade da Questão Agrária”, sob o argumento de que não haveria mais no campo, a existência de conflitos. De igual forma, citando Navarro (2013) a autora destaca que sob a perspectiva conservadora, a reforma agrária já teria sua “morte” decretada enquanto estratégia para o campo brasileiro, uma vez que a agricultura empresarial hoje já cumpriria com a função de produzir alimentos. Nesse sentido, a Questão Agrária é abordada como algo “inibidor” do desenvolvimento do capitalismo no campo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

enfoque está relacionado a uma perspectiva crítica e mostra que a forma de organização da estrutura agrária no país se traduz em problemas agrários de natureza econômica, social, política e ambiental. Essas questões se materializam na concentração da propriedade da terra, onde (em 2012), 1% dos proprietários controlam 46% de todas as terras onde 8% dos estabelecimentos produzem 80% das *commodities* (majoritariamente soja, milho e cana-de-açúcar). Traz ainda, a dependência da produção atrelada a organizações transnacionais e ao mercado financeiro. Essa estrutura produz extrema desigualdade social como a má distribuição de renda, o êxodo rural e a precariedade no acesso às políticas públicas, como a educação (Stédile, 2012).

Fernandes (2001, p. 23, 24) mostra que a questão agrária no MPC produz está relacionada:

[...] à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política.

Ao entender a Questão Agrária como a forma de configuração do rural, inclusive com relação à propriedade da terra, entende-se também que tratar do tema é tratar da expulsão dos povos do campo em direção às cidades, provocando o inchaço das periferias a partir do momento em que não puderam se adequar aos moldes produtivistas da agricultura. Desta forma, Bezerra (2014) aponta que há uma relação entre campo e cidade, constituindo-se enquanto complementares, com suas contradições e diversidades.

Na perspectiva de Lusa (2022) a dissociação entre o urbano e rural para tratar da Questão Agrária ocasiona um recorte da totalidade que envolve o tema. Separar esses dois ambientes se constitui enquanto estratégia da classe dominante para desarticulação “dos processos e relações sociais” que poderiam transformar a estrutura societária desenvolvida pelo MPC no Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta construção, por óbvio, não esgota a riqueza e profundidade dos temas abordados, contudo, trouxe apontamentos e reflexões para ampliação das discussões que envolvem em especial as relações capitalistas no campo e a questão agrária.

No Brasil, a partir da metade do século XX a Revolução Verde intensificou as relações capitalistas no campo com a implementação de tecnologias mais aprimoradas, seja no melhoramento de sementes, no desenvolvimento de maquinários mais precisos, no uso de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

venenos e adubos químicos. A produção torna-se mais atrelada aos complexos industriais e financeiros. Este modelo de produção traz rebatimentos ao meio ambiente e também às populações do campo, em especial àquelas/es que não se adequaram a este modelo predominante de produção. Em contrapartida a este modelo de produção, tem-se o modelo da agricultura camponesa, cuja relação com a terra está relacionada à produção e reprodução da vida.

Por fim, buscou-se trazer alguns elementos acerca da Questão Agrária, a qual assume características específicas a depender do período histórico. Atualmente, está relacionada, dentre outras, à forma de organização dos bens agrícolas, posse do território e propriedade da terra e que não está relacionado estritamente aos povos do campo, mas também àqueles que ocupam as cidades, entendendo que ambos os espaços não são distintos, mas formam uma unidade, com suas características próprias e contraditórias.

5. REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard (org.). **Transgênicos As sementes do mal: a silenciosa contaminação de solos e alimentos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: XVI Encontro de Pesquisadoras/es em Serviços Social. 2018, Vitória/Es. **Anais 16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Pdf.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSQUETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social. V.2)

BEZERRA, Cristina Simões. A questão agrária no Brasil e os desafios contemporâneos ao Movimento dos Sem-Terra: uma análise sobre as estratégias produtivas e políticas do movimento. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 136-277.

CHÃ, Ana Manuela. **Agronegócio e Indústria Cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DORIA, Vinicius; LESSA, Henrique. **Guerra entre Rússia e Ucrânia impactou fornecimento de fertilizantes para o agronegócio brasileiro**. 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/04/5087833-guerra-entre-russia-e-ucrania-impactou-fornecimento-de-fertilizantes-para-o-agronegocio-brasileiro.html>. Acesso em: 09 jul. 2024.

FABRINI, João Edmilson. **Assentamentos de Trabalhadores Sem-Terra: experiências de lutas no paraná**. Marechal Cândido Rondon: Lgeo, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: <www.atlasbrasilagrario.com.br>. Acesso em: 16 jul. 2024.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KONCHINSKI, Vinicius. **Êxodo rural no Brasil é quase o dobro da média mundial e desafia sustentabilidade do campo e cidade**. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/18/exodo-rural-no-brasil-e-quase-o-dobro-da-media-mundial-e-desafia-sustentabilidade-do-campo-e-cidade>. Acesso em: 16 jul. 2024.

LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil Rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em alagoas**. 2012. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Fundamentos e Prática Profissional, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/17616/1/Mailiz%20Garibotti%20Lusa.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

LUSA, Mailiz Garibotti. Serviço Social e Questão Agrária no Brasil: notas para um debate necessário. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 84-105, 12 abr. 2022. Semestral. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2022v25n1p84>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/44001/31745>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PAES, Caio de Freitas. **Estrangeiros controlam no Brasil área equivalente a um Alagoas inteiro**. 2024. Publicado em: 20 de março de 2024. Disponível em: https://apublica.org/2024/03/estrangeiros-controlam-no-brasil-area-equivalente-a-um-alagoas-inteiro/#_. Acesso em: 17 jul. 2024.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli Salette (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 687-691.

PESCHANSKI, João Alexandre. **Capitalismo, uma definição**. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/05/21/capitalismo-uma-definicao/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

PINTO, Tales dos Santos. **O que é sesmaria?**. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-sesmaria.htm>. Acesso em 23 de junho de 2024.

PIRES, Angela Monteiro. **Educação do Campo como Direito Humano**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Educação em Direitos Humanos; v.4).

SILVA, José Graziano. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SÁ, Eduardo. **Movimento agroecológico se fortalece no Congresso Nacional frente ao crescimento da bancada ruralista**. 2022. 25 de outubro de 2022. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

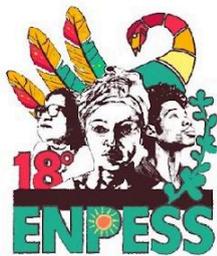
<https://agroecologia.org.br/2022/10/25/movimento-agroecologico-se-fortalece-no-congresso-nacional-frente-ao-crescimento-da-bancada-ruralista/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SILVA, Tatiane. **Capitanias Hereditárias no Brasil Colonial**: uma abordagem histórica. uma abordagem histórica. 2024. Disponível em: <https://www.politize.com.br/capitanias-hereditarias/#:~:text=As%20capitanias%20heredit%C3%A1rias%20foram%20uma,que%20eram%20pequenos%20nobres%20portugueses..> Acesso em: 23 jun. 2024.

STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 641-646.

STIVAL, David. **A educação do campo e o MST**: trabalho e práticas sociais com assentamentos da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 2022.

TUSSINI, Gabriel. **Bancada ruralista elege prioridades distantes do meio ambiente para 2024**. 07 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/bancada-ruralista-elege-prioridades-distantes-do-meio-ambiente-para-2024/>. Acesso em: 30 jun. 2024.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**